

## Reportagem especial \*

A situação pós-demarcação

ÍNDIOS DE RORAIMA  
TÊM APOIO E VERBA DE  
ONGS ESTRANGEIRAS

Há 6 anos reserva Raposa Serra do Sol foi demarcada como área contínua

FOTOS: JOSÉ PATRÍCIO/ESTADÃO



Reserva. Vista de terra indígena na região da Raposa Serra do Sol, norte de Roraima, demarcada em 2009

Pablo Pereira | TEXTOS  
José Patrício | FOTOS  
ENVIADOS ESPECIAIS | PACARAIMA

“Os povos macuxi, uapixana, ingaricó, tau-repangue e patamona vivem numa terra chamada Raposa Serra do Sol, no norte do Brasil, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. É uma região de beleza espetacular de montanhas, florestas tropicais, savanas, rios e cachoeiras.” A idílica descrição das terras indígenas de Roraima está no site da ONG Survival, de Londres, uma das principais organizações internacionais de apoio a tribos brasileiras envolvidas na mais polêmica disputa fundiária nacional das últimas três décadas.

Seis anos após o Supremo Tribunal Federal determinar a demarcação contínua das terras da reserva Raposa Serra do Sol, no extremo norte de Roraima, e a retirada dos arroteiros do local, o Estado mudou de perfil econômico e social, tem hoje cerca de 46% de sua área coberta por reservas de 11 etnias que vivem em 94 comunidades, e se tornou “modelo” para ONGs brasileiras e estrangeiras. Além disso, após a decisão que mudou as relações entre índios e não índios da região, a produção agrícola caiu e o funcionalismo público e os repasses de verbas federais subiram. Em 2009 os repasses da União eram de R\$ 1,8 bilhão; em 2013 chegaram a R\$ 2,4 bilhões.

“Somos um movimento global de apoio aos indígenas”, diz Sarah Shenker, da Survival. “Nosso trabalho é gerar atenção para as ameaças contra os índios e pressionar o governo por soluções e proteção.”

A Survival, que acompanhou o processo judicial da demarcação de terras contínuas da Raposa Serra do Sol, não é a única ONG internacional interessada na empreitada. Os principais exemplos de ONGs com trabalho forte no Estado são a Cafod, entidade ligada à Igreja Católica da Inglaterra; a Fundação Tebteba, ligada à indígena filipina Victoria Tauli-Corpuz, consultora da ONU para direitos indígenas; além de representações dos governos da Noruega, Alemanha e Estados Unidos; mais fundações, como a americana Ford, que atua no Brasil desde 1962, e a norueguesa Rainforest, presente no País desde 1989.

## Atuação de entidades aponta ausência do Estado, diz procurador

● Para o procurador de Justiça do Estado de Roraima, Edson Damas da Silveira, a presença de ONGs e instituições de apoio aos índios no Estado é uma consequência da ausência do Estado brasileiro nas comunidades indígenas. “Cabe a nós, autoridades, trabalhar para a aproximação do Estado brasileiro das comunidades e para suprir as demandas delas”, argumenta Silveira.

O procurador, que é especialista no tema indígena, lembra que a atuação das entidades e ONGs internacionais no Brasil é legal. “Desconheço a existência de processos judiciais ou investigações sobre eventuais irregularidades de pesquisa pirata de produtos naturais nas terras indígenas de Roraima”, afirma. “Todos os pedidos de pesquisas ou acessos às terras indígenas são rigorosamente controlados pelos órgãos do Executivo, como Fundação Nacional do Índio (Funai), pelo Ministério Público e pelos próprios índios”, explica.

Edson Silveira ressalta que não há informações de denúncias formais de brasileiros interessados em estudar o ambiente indígena que tenham dificuldades adicionais na agenda da ONG sobre os estudos conduzidos por pesquisadores estrangeiros em Roraima. “Se há algum caso, precisa ser denunciado para que o Ministério Público investigue”, disse o procurador. / P.P.

Na esteira da decisão do Supremo, a área da Raposa aumentou a população nos últimos anos. Em 2009 havia 19 mil índios na área, segundo o procurador da Justiça de Roraima, Edson Damas da Silveira. “Hoje o Conselho Indígena de Roraima dá conta de que cerca de mais 6 mil indígenas voltaram”, afirma o procurador do Estado.

**Insegurança.** Segundo Shenker, a situação de insegurança dos índios brasileiros e a ausência de políticas de proteção dos povos pelo governo federal são prioridade na agenda da ONG sobre o Brasil. Segundo a ONG, o trabalho não envolve repasses diretos de dinheiro. A Survival funciona como plataforma de divulgação internacional das demandas. Para Sarah, quando um povo indígena é integrado aos não índios, há um processo desigual. “Eles vão viver

em periferias, em situação precária, e são vistos como seres inferiores.”

Outras organizações se encarregam de garantir verbas às comunidades. A Noruega, por exemplo, vem firmando parcerias longas com ONGs indígenas no Brasil, com foco em atividades de monitoramento, planejamento e capacitação, segundo Aud Marit Wiig, embaixadora da Noruega (*Leia entrevista ao lado*). Em 2014, foi repassado ao País pela Noruega cerca de R\$ 8 milhões. Desse total, R\$ 1,3 milhão foi para Roraima. O financiamento para ONGs e projetos indígenas pelo governo norueguês começaram na década de 80 e ganharam força em 2008.

A situação dos índios brasileiros desperta atenção até na Casa Real da Noruega. Na Rainforest, a ideia de ampliar direitos dos índios recebe garantias do próprio rei Haroldo V. Em 2013, o rei da Noruega visitou a aldeia do chefe ianomâmi Davi Kopenawa; recebeu presentes da comunidade e, segundo a ONG, achou a viagem “maravilhosa”. Segundo a Funai, o Brasil tem 53 autorizações de projetos de pesquisas em execução em áreas indígenas – 71 brasileiros e 10 estrangeiros. Em Roraima há quatro projetos.

Também com forte presença na área, a Fundação Ford, que tem sede no Rio, atua com repasses de dinheiro. Em 2014 a fundação repassou, somente para o Conselho Indígena de Roraima, US\$ 200 mil. Segundo Aurélio Vianna Jr., coordenador da entidade, o valor é doação para projeto de qualificação de indígenas na Universidade Federal de Roraima (UFRR). A Ford manda verbas também para o Cimi. Em 2014 foram US\$ 250 mil para programa de expansão de direitos comunitários sobre recursos naturais. O Cimi não fala sobre doadores ou valores que recebe, mas reconhece que a maior parte dos recursos tem origem na Europa.

**‘Esquemão’.** Para o antropólogo Edward Luz, ex-consultor da Funai, as ONGs brasileiras e internacionais se beneficiam dos recursos de um “esquemão de demarcações” de terras. “Há uma elite intelectual na antropologia brasileira que reza pela cartilha de uma política indigenista de fora”, diz. “Qualquer crítica ao modelo dessa turma é tachada de argumento de direita”.

O que há no Brasil, para ele, é “uma galera da antropologia vendendo mitologia enquanto as novas gerações de índios querem melhorias de vida, querem computador, celular, andar de carro, vestir calça jeans, como todos os jovens da idade deles”.

## 4 PERGUNTAS PARA...

Aud Marit Wiig,  
embaixadora da Noruega no Brasil

## 1. Por que seu país financia projetos em áreas indígenas no Brasil?

Em 1983, a Noruega criou uma linha específica de apoio aos povos indígenas. O Brasil foi o país-piloto escolhido para receber recursos dessa iniciativa, que se estende até os dias atuais. O compromisso maior do programa é contribuir com o Brasil para a promoção dos direitos humanos de seus povos indígenas, em conformidade com a Constituição do Brasil e dos tratados internacionais assinados tanto pelo Brasil como pela Noruega; o mais importante sendo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pela Noruega em 1990 e pelo Brasil em 2002. Na Noruega, as políticas públicas direcionadas às necessidades do povo indígena sami têm tido importantes avanços nas últimas décadas, a principal delas talvez sendo a criação do Parlamento Sami em 1989.

## 2. Quais as áreas de interesse da Noruega e por quê?

A Noruega vem firmando parcerias de longa duração com várias associações indígenas e organizações não governamentais indígenas no Brasil. O foco tem sido o apoio institucional, muitas vezes em conjunto com atividades de monitoramento, planejamento e capacitação. A contribuição enfatiza o fortalecimento de atores locais para que estes tenham uma participação mais construtiva e efetiva nas políticas indigenistas nacionais. Para tanto, o programa busca: estimular o fortalecimento institucional dos parceiros para que estes desempenhem mais eficazmente o seu papel enquanto atores independentes, representativos e transparentes; apoiar processos de interação entre demandas indígenas e políticas públicas, contribuindo para que parceiros ampliem sua participação na defesa de direitos e no controle social; e promover equidades nas questões relativas a gênero.

## 3. Qual sua avaliação dos resultados desses financiamentos? Há avanços nas comunidades?

A avaliação da Noruega é que, nas últimas três décadas, o apoio norueguês tem contribuído significativamente para o desenvolvimento e fortalecimento do movimento indígena no Brasil. Por sua vez, o fortalecimento desse movimento tem tido influência no reconhecimento de direitos indígenas pelo Estado brasileiro e no aprimoramento de políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

## 4. Como a senhora avalia o tratamento pelo Brasil das comunidades indígenas?

O Brasil é um país de dimensões continentais, com uma variedade muito grande de povos, línguas e costumes. Houve grandes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas, mas ainda há desafios, principalmente em relação à sua implementação. A equipe da Embaixada tem viajado extensivamente para se familiarizar com todas as regiões do Brasil. Os Oficiais de Programa que trabalham com o Programa de Apoio aos Povos Indígenas no Brasil visitam os parceiros regularmente. Eu tive a oportunidade de conhecer várias organizações parceiras do programa, bem como diversas lideranças indígenas. / P.P.





## 1,7 milhão de ha

é a extensão da área da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima

## US\$ 16 mi

somava a exportação agrícola do Estado em 2006; em 2013 foi de US\$ 8 milhões

## 22 mil ha

era a área plantada de arroz na região em 2009; em 2010, caiu para 9 mil ha



1.



'Paraíso das compras'. Loja de produtos chineses em Lethem, na Guiana, recebe turistas e brasileiros

## 'PARAGUAI DO NORTE' ATRAI BRASILEIROS NA FRONTEIRA

Se por um lado a economia agrícola do Estado de Roraima sofreu um baque depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2009, que determinou a demarcação contínua das terras da reserva Raposa Serra do Sol e a saída dos arrozeiros da região, nos últimos meses os roraimenses descobriram uma nova fronteira de comércio popular que tem atraído consumidores e comerciantes interessados em comprar e revender produtos a preços baixos.

Na cidade de Lethem, de cerca de 5 mil habitantes, na Guiana, a 125 quilômetros da capital Boa Vista pela Rodovia BR 401, uma invasão de brasileiros, moradores da região e turistas, faz a festa das lojas de produtos chineses de baixo preço. Irmã de fronteira de Bonfim, o último município de fala portuguesa na ponta da BR-401, a cidadela guianense recebe também lojistas que abandonam a cidade de Santa Elena, na Venezuela, a 340 quilômetros, e atravessam a ponte do Rio Tacutu para aproveitar as vendas de roupas, calçados, bolsas, perfumes, brinquedos, bicicletas, pneus e até ar-condicionado.

**Em conta.** "Roupas e calçados são coisas que saem muito mais em conta do que no Brasil", disse a brasileira Larissa Santana, moradora da capital Boa Vista que frequenta as lojas em Lethem. Ao lado do marido, Daniel Carlos, Larissa contou que os descontos chegam a 80% em relação aos produtos vendidos no Brasil. E o pagamento pode ser feito em moeda brasileira.

Em janeiro, período de férias, controladores brasileiros da fronteira registraram a passagem de 2.500 carros por dia, aos sábados, principal data de compras em Lethem.

### ● Movimento "Roupas e calçados são coisas que saem muito mais em conta do que no Brasil"

**Larissa Santana**

BRASILEIRA, COMPRADORA DE PRODUTOS EM LETHEM, NA GUIANA

### ● "Isso aqui é o Paraguai do Norte. Hoje há pelo menos dez lojas grandes de chineses aqui. Eles tinham lojas em Santa Elena, mas fecharam lá"

**Richardson Thomé**

BRASILEIRO, LOJISTA NA GUIANA

A fama das promoções e dos preços acessíveis tem provocado romarias não só de moradores de municípios de Roraima, mas até de Manaus, que fica a cerca de mil quilômetros pela BR 174, rodovia que atravessa Roraima e liga a região amazônica ao Caribe.

Com ruas de mão inglesa (tráfego invertido para motoristas brasileiros), o comércio de Lethem está longe dos volumes de negócios de uma Rua 25 de Março, José Paulino ou Brás, em São Paulo. Mas dá sinais que a aproximam de ambientes de livre comércio de fronteira como o das cidades paraguaias Pedro Juan Caballero e Ciudad Del Este.

E não são somente os consumidores com reais no bolso que estão mudando

a paisagem de Lethem. Comerciantes também aproveitaram a oportunidade para faturar na cidade guianense. "O movimento nos últimos meses cresceu cerca de 40%", afirmou o comerciante Weverton Brito, ele próprio um brasileiro, morador da vizinha Bonfim, que atravessou a fronteira de Roraima para surfar na onda do lado de lá da ponte.

**Impostos.** Proprietário do comércio, Brito disse que a chegada dos brasileiros a Lethem atraiu lojistas até de Boa Vista. "O imposto que se paga na Guiana fica em torno de 10% do preço da mercadoria. Isso baixa o preço para o consumidor. E os comerciantes estão vindo para cá aproveitar esse movimento", afirmou o comerciante, contando que espera obter neste ano um faturamento mensal de R\$ 800 mil.

A oportunidade na fronteira tem sido a saída para comerciantes que dizem enfrentar burocracia em Roraima após a demarcação de terras indígenas. Segundo eles, abrir uma empresa é "normal", mas o problema é tocar o negócio, em função da exigência de documentos de posse de terras para obter crédito e empréstimos no banco, por exemplo.

"Isso aqui é o Paraguai do Norte", emendou Richardson Thomé, também lojista que corre para se colocar no mercado guianense de olho nos reais dos compatriotas. Thomé, que tem negócios em Boa Vista, acaba de abrir uma loja de eletroeletrônicos na Guiana e já se prepara para ampliar o faturamento. Em um mês planeja vender também roupas e perfumes, que importa dos Estados Unidos. Segundo o comerciante, a expectativa de faturamento está em torno de R\$ 200 mil por mês.

Os negócios não prometem ganhos somente para brasileiros, que compram o que vendem. "Hoje há pelo menos dez lojas grandes de chineses aqui", disse Thomé. "São chineses que tinham lojas e mercados em Santa Elena, mas fecharam lá", contou o brasileiro. /P.P.



### NA WEB

**Especial.** Comércio popular atrai brasileiros na fronteira

[estado.com.br/e/roraimaespecial](http://estado.com.br/e/roraimaespecial)



2.



3.

1. Carcaça de veículo na BR 174, entre Pacaraima e Boa Vista, por onde é transportado combustível ilegal vindo da Venezuela. 2. A brasileira Daniele Orella, que trabalha no comércio popular de Lethem, na Guiana. 3. Brasileiros fazem compras em Santa Elena, na fronteira do Brasil com a Venezuela



**Moeda.** Na fronteira do Brasil com a Venezuela, câmbio ocorre a céu aberto

## GASOLINA É TRAZIDA DA VENEZUELA

Parado à beira da BR-174, em frente à estação rodoviária de Pacaraima, cidade cravada na Terra Indígena São Marcos, no extremo norte do País, divisa com a Venezuela, um homem com um celular na mão controla o movimento dos policiais militares no posto na entrada da cidade, a 220 quilômetros de Boa Vista. Quando o carro com policiais sai do prédio da barreira de controle de Defesa Agropecuária, a cerca de 700 metros, para fazer ronda, o olheiro dá o sinal para liberar os carros estacionados para que sigam viagem rumo a Boa Vista carregados com gasolina contrabandeada da vizinha venezuelana Santa Elena Uiarén. "São os caroteiros", diz um morador. Carotes são os galões que os moto-

ristas levam cheios do combustível ilegal, comprado a R\$ 0,80 ou R\$ 1 por litro, dependendo do dia. "Com a saída dos arrozeiros, a cidade perdeu economia. E o contrabando virou meio de vida aqui", disse um servidor público que acompanha a movimentação. Em Boa Vista, o litro está de R\$ 3 a R\$ 3,10.

Brasileiros de Pacaraima enchem um tanque com R\$ 1 no mercado paralelo. Em Santa Elena, venezuelanos compram um litro por 25 centavos de bolívar. Muitos revendem o combustível aos caroteiros, que atravessam a fronteira em carros velhos adaptados com reservatórios de até 350 litros.

### ● Alternativa "Com a saída dos arrozeiros, a cidade perdeu economia. E o contrabando (de combustível) virou meio de vida aqui"

**Servidor público brasileiro**

AO ACOMPANHAR A MOVIMENTAÇÃO DE TRANSPORTE ILEGAL DE COMBUSTÍVEL NA FRONTEIRA DO BRASIL COM A VENEZUELA

A prática do contrabando se agravou nos últimos meses na região, após autoridades venezuelanas apertarem o cerco aos brasileiros e começaram a pressionar seus compatriotas que comercializavam a gasolina. Vender gasolina para brasileiros hoje dá cadeia em Santa Elena.

"A venda desse combustível no Brasil é ilegal", diz um policial, mostrando o pátio da Receita Federal com veículos adulterados detidos. "Quanto mais a gente pega caroteiro, mais eles aparecem. Aqui, uns 85% dos casos são de contrabando de gasolina", afirma o policial. Desde setembro, pelo menos 20 motoristas foram presos naquele trecho.

Na região, os veículos turbinados com tanques-reserva e galões escondidos também são conhecidos como carros-bomba. Não por fornecerem combustível barato, mas porque explodem na estrada. Nos retões da BR-174, livres de fiscalização da polícia rodoviária, entre Pacaraima e Boa Vista, é comum ver carcaças abandonadas. /P.P.